

A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – UMA EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Tatiana Bottega Pauloski ¹
Felipe Augusto Fernandes Borges ²

RESUMO

O presente trabalho traz como tema a aplicação da Pedagogia Histórico-Crítica nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A questão norteadora deste estudo é: a metodologia de ensino proposta pela Pedagogia Histórico-Crítica é aplicada no dia a dia das salas de aula? Essa análise foi feita com o principal objetivo de expor o trabalho pedagógico realizado em uma turma e relacionar esse exercício às propostas da pedagogia em questão, tendo como objetivos específicos: discorrer sobre o percurso da alfabetização no Brasil; apresentar a Pedagogia Histórico-Crítica; explicar o Programa Residência Pedagógica (PRP), através do qual pude realizar a parte prática descrita ao longo do artigo, e relatar de que forma ele contribui na formação da identidade de futuros professores e pedagogos; relatar uma experiência pessoal em sala de aula e comparar a teoria desse processo com a prática dentro da realidade das escolas. Trata-se de um trabalho baseado em pesquisa bibliográfica e documental e por meio de observações participativas e regências realizadas no PRP. Por meio dessa prática obtive como resultado, além de experiências muito importantes para a minha formação como professora, a conclusão de que alguns passos de estruturação dessa pedagogia são seguidos na prática escolar, mas acredito que de forma involuntária e mecânica, e não porque o professor a conhece e busca aplicá-la em suas aulas. Na maioria das vezes, os docentes não planejam suas atividades com base em alguma teoria ou pedagogia, mas seguem o planejamento proposto pela secretaria de educação ou a apostila/livro didático e alguns procuram tentar transmitir aquele conteúdo da melhor forma possível e alcançar a compreensão de todos os alunos.

Palavras-chave: Pedagogia Histórico-Crítica, Ensino Fundamental, Residência Pedagógica, Formação de Professores, Prática.

INTRODUÇÃO

Após séculos de desenvolvimento dos processos educacionais e buscas por um modelo funcional que pudesse resultar em uma educação de qualidade e promover a formação de indivíduos preparados para a vida no paradigma social atual, a teoria mais aceita nos dias de hoje é a Pedagogia Histórico-Crítica, que visa a formação de cidadãos críticos e preparados para subsistir em sociedade e, para tanto, tem como foco principal o aluno.

A Pedagogia Histórico-Crítica foi estruturada em cinco passos a serem seguidos no planejamento de aulas: a prática social inicial, onde o professor verifica o que os alunos já sabem sobre o conteúdo a ser apresentado, a problematização, que consiste em levantar questões sobre o assunto, a instrumentalização, onde é apresentado o conhecimento científico

¹ Graduando do Curso de Pedagogia do Instituto Federal do Paraná – IFPR Campus Pitanga, tatiabottega.pitanga@gmail.com;

² Professor orientador: Dr. Felipe Augusto Fernandes Borges, Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá- UEM, felipe.borges@ifpr.edu.br.

e relacionado ao cotidiano das crianças, buscando que elas se apropriem do novo conhecimento com mais facilidade já que estão sendo aplicados no seu dia a dia, a catarse, ou seja, a síntese mental de todos os novos conhecimentos, e a prática social final, que significa o novo nível de desenvolvimento do estudante, que demonstra todos os conhecimentos que ele assimilou.

O meu objetivo nesta análise foi conhecer o desenvolvimento da legislação educacional, bem como das teorias existentes ao longo do desenvolvimento escolar, até chegar na Pedagogia Histórico-Crítica, seus fundamentos e objetivos e, por fim, verificar, por meio de uma experiência pessoal adquirida em observações e regências em uma instituição escolar municipal, no âmbito do Programa Residência Pedagógica (PRP), se essa pedagogia realmente existe nas práticas escolares e se faz presente nos planejamentos de aula dos docentes.

Busquei também apresentar o Projeto Residência Pedagógica, desde a sua história, legislação e objetivo, até as minhas experiências nos primeiros meses como residente, tanto os momentos bons quanto as dificuldades.

O objetivo principal deste relato é expor o trabalho pedagógico realizado em uma turma e relacionar esse exercício às propostas da pedagogia Histórico-Crítica, tendo como perspectiva o que foi observado por mim ao longo dos primeiros meses participando do PRP. Os objetivos específicos são: discorrer sobre o percurso da alfabetização no Brasil, apresentar a Pedagogia Histórico-Crítica, explicar o Programa Residência Pedagógica, relatar uma experiência pessoal em sala de aula e comparar a teoria desse processo com a prática dentro da realidade das escolas.

Todo o conteúdo é baseado em pesquisas bibliográficas e documentais, principalmente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nos planejamentos, os quais direcionam o que o professor deve abordar em sala de aula de acordo com cada turma dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, foram utilizados relatos pessoais de observações participativas na turma em que realizo o projeto e das regências que foram aplicadas por mim ao longo desse tempo.

Em um primeiro momento deste trabalho, abordo sobre o desenvolvimento dos métodos educacionais no Brasil, seguido por uma breve explicação da Pedagogia Histórico-Crítica e a apresentação do Projeto Residência Pedagógica e o seu funcionamento, com base na leitura de editais e documentos que foram disponibilizados no processo de inscrição para o projeto. Depois, passo a descrever as minhas considerações como residente e as minhas experiências

ao longo das observações e, posteriormente, das regências, tanto minhas quanto das regências em que fui auxiliar de uma colega do projeto.

No último tópico do trabalho, expressei as minhas considerações sobre como a pedagogia em questão é aplicada pelos professores atuantes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de acordo com o que pude observar ao longo dos primeiros meses de projeto.

METODOLOGIA

A pesquisa para a produção deste trabalho foi realizada sob dois vieses da docência: o trabalho do professor na perspectiva teórica e documental e a observação deste trabalho na prática.

A linha de pensamento teórica foi escrita tendo como principal embasamento a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os planejamentos orientacionais que direcionam os professores quanto ao que deve ser abordado nas salas de aula de acordo com cada turma dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A Constituição Federal de 1988 e editais disponibilizados pela CAPES que informam acerca dos Projetos Residência Pedagógica também foram utilizados na pesquisa para a produção do artigo, além de escritos de Maria do Rosário Longo Mortatti sobre a história dos métodos e teorias educacionais.

A descrição do trabalho docente na prática foi baseada em uma experiência proporcionada pelo PRP e realizada na turma do 4º ano de uma das escolas municipais da cidade de Pitanga, no Paraná, onde realizei observações participativas, auxiliando no planejamento de aulas e no atendimento individual de alunos que apresentavam dificuldade na realização de algumas atividades. O projeto também oportuniza momentos nos quais vivenciamos o papel de professor por meio do planejamento e aplicação de regências, com conteúdos propostos no planejamento das disciplinas observadas ou conteúdos interdisciplinares.

REFERENCIAL TEÓRICO

O artigo foi produzido com a intenção de expor, com base em uma experiência pessoal, em que momento ou se a Pedagogia Histórico-Crítica é aplicada nos planejamentos e no dia a dia das salas de aula.

No primeiro momento do trabalho, está uma descrição básica da evolução dos métodos educacionais no Brasil desde o início até os dias atuais e uma breve explicação do que é a Pedagogia Histórico-Crítica, seguida por um resumo do que é a Residência Pedagógica, construído a partir de pesquisas no site da CAPES e nos editais que nos foram

disponibilizados no momento da inscrição para participação do programa. São abordados os objetivos do projeto, bem como de quem se trata, as regras que o envolvem, os direitos e deveres dos bolsistas e a faixa etária em que ele é aplicado. Ainda neste mesmo momento consta uma síntese dos principais documentos que abarcam a educação, com foco principal nos anos iniciais do ensino fundamental, baseados principalmente na BNCC e Constituição Federal de 1988.

Em seguida, breves relatos de experiência, sendo o primeiro sobre as observações realizadas, e o segundo acerca das regências que foram aplicadas por mim. Ambos os relatos contém considerações e registros de novos conhecimentos que adquiri ao longo desse acompanhamento da rotina em sala de aula.

Por fim, concluo o meu trabalho respondendo à questão norteadora, ou seja, se a pedagogia em questão é ou não aplicada nas escolas atualmente, e expondo de que forma a participação no PRP contribuiu para a minha graduação e formação da minha identidade como professora e pedagoga.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O percurso da alfabetização no Brasil até os dias atuais

Sabemos que até o final do século XIX o acesso à educação era um privilégio para poucos, normalmente restrito às classes mais abastadas. A partir de então, contudo, as escolas passaram a se popularizar até se tornarem as instituições que conhecemos hoje. Todavia, não se pode falar sobre a atual legislação escolar sem retomar a sua origem e desenvolvimento.

Já quando se dá início ao processo de popularização das escolas, surgem dois problemas a serem superados: a falta de investimento por parte do Estado e o despreparo pedagógico, já que as poucas pessoas que eram consideradas alfabetizadas na época tinham uma formação básica e nenhum embasamento para ensinar. Mesmo assim, a alfabetização passou a ser realizada de forma precária e sem metodologias e, quando os alunos aprendiam a escrever o próprio nome ou uma frase simples que fosse, já eram considerados alfabetizados (MORTATTI, 2006).

Somente com o desenvolvimento mais robusto da psicologia educacional foi que esses indivíduos tiveram interesse para estudar o processo mental das crianças em fase de alfabetização e estabelecer um caminho a ser traçado de forma que facilitasse tanto o ensino quanto a aprendizagem por parte dos discentes. Neste momento, foram desenvolvidos os métodos de ensino tradicionais e sintéticos, como o método da silabação, mas pensavam em como se deveria ensinar e abranger as habilidades visuais, auditivas e motoras das crianças.

Agora eram construídos modelos a serem seguidos durante a alfabetização, levando em conta o caráter psicológico dos alunos (MORTATTI, 2006).

A escritora Maria do Rosário Longo Mortatti (2006) divide as concepções de alfabetização em quatro fases. A primeira, que a autora chama de *A metodização do ensino da leitura*, iniciou-se a partir de 1876, onde

[...] para o ensino da leitura, utilizavam-se, nessa época, métodos de marcha sintética (da “parte” para o “todo”): da soletração (alfabético), partindo do nome das letras; fônico (partindo dos sons correspondentes às letras); e da silabação (emissão de sons), partindo das sílabas. Dever-se-ia, assim, iniciar o ensino da leitura com a apresentação das letras e seus nomes (método da soletração/alfabético), ou de seus sons (método fônico), ou das famílias silábicas (método da silabação), sempre de acordo com certa ordem crescente de dificuldade. Posteriormente, reunidas as letras ou os sons em sílabas, ou conhecidas as famílias silábicas, ensinava-se a ler palavras formadas com essas letras e/ou sons e/ou sílabas e, por fim, ensinavam-se frases isoladas ou agrupadas. Quanto à escrita, esta se restringia à caligrafia e ortografia, e seu ensino, à cópia, ditados e formação de frases, enfatizando-se o desenho correto das letras. (MORTATTI, 2006, p. 5).

Ou seja, um método que parte do estudo das letras e seus sons, seguidos da formação de sílabas, palavras, frases para, finalmente, os textos, o grau de dificuldade aumentando gradativamente conforme a apropriação dos conhecimentos.

A segunda fase, denominada *A institucionalização do método analítico*, onde prevaleceu o uso das cartilhas e a disputa entre métodos de leitura e escrita. Essa fase aconteceu no final da década de 1910 e “o termo ‘alfabetização’ começa a ser utilizado para se referir ao ensino inicial da leitura e da escrita” (MORTATTI, 2006, p. 8). Na terceira fase, que a autora chamou de *Alfabetização sob medida*, cujo início ocorreu nos anos de 1920, prioriza métodos mistos de alfabetização, onde a seleção dos alunos para suas turmas era realizada através do que Lourenço Filho criou e chamou de “Testes do ABC”, que

[...] visa identificar, lógica e objetivamente, a variedade mental e se fundamenta no conceito de maturação; contém oito provas destinadas a medir os atributos particulares do escolar, para a organização eficiente das classes escolares. [Constituindo-se num] Método prático e econômico e de aplicação em grande escala, essas provas psicológicas medem: a coordenação visivo-motora, memória imediata, memória motora, memória auditiva, memória lógica, prolação, coordenação motora; e mínimo de atenção e fatigabilidade. (MONARCHA 2001, p. 31).

Sendo assim, as turmas eram formadas de acordo com a maturidade das crianças, e não conforme sua idade. Para Lourenço Filho, se a divisão das turmas seguisse um mesmo nível de maturação para a alfabetização, os índices de repetência despencariam, pois conseguiriam alcançar um nível em comum e só transporia esses níveis os alunos que tivessem se apropriado dos conhecimentos trabalhados nele. Contudo, apesar de na teoria ser

uma boa ideia, na prática os alunos não avançavam, fazendo com que este método começasse a ser questionado, originando o quarto momento, a *Desmetodização do ensino*.

A quarta fase da história da alfabetização ficou conhecida por desmetodizar esse processo e baseá-lo no construtivismo e surgiu, então, o termo “letramento”. O maior impacto dessa fase foi separar os conceitos “alfabetização” e “letramento” e é de extrema importância que diferenciamos estes conceitos. Magda Soares define como alfabetização o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, enquanto o letramento é a aplicação desses conhecimentos nos diferentes contextos sociais (BORDIGNON, PAIM, 2017).

Até por volta da década de 1980 a alfabetização era a única forma de ensino, contudo, conforme a sociedade foi se desenvolvendo, somente o ato de ler e escrever já não eram mais o suficiente, sentia-se a necessidade de que os indivíduos comessem a praticar esses conhecimentos no contexto em que estavam inseridos. Trata-se, então, do conjunto de situações práticas em que a leitura e a escrita se fazem presentes.

Porque alfabetização e letramento são conceitos frequentemente confundidos e sobrepostos, é importante distingui-los, ao mesmo tempo que é importante também aproximá-los: a distinção é necessária porque a introdução, no campo da educação, do conceito de letramento tem ameaçado perigosamente a especificidade do processo de alfabetização; por outro lado, a aproximação é necessária porque não só o processo de alfabetização, embora distinto e específico, altera-se e reconfigura-se no quadro do conceito de letramento, como também este é dependente daquele. (SOARES, 2003, p. 90, apud BORDIGNON, PAIM, 2017).

Nesta fala, Soares ressalta a importância de diferenciar os dois conceitos e analisá-los como processos diferentes, mas que estão interligados e que não só podem, mas devem ser desenvolvidos simultaneamente.

Ao longo desse processo, a educação sofreu diversas mudanças em relação à sua legislação. Atualmente, a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família e os estudantes devem ter condições igualitárias para o acesso e permanência na escola, promovendo a equidade entre os indivíduos, amparados pela Constituição Federal de 1988.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 traz que, durante os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o docente deve prezar pelo desenvolvimento de novas formas de relação com o mundo por parte dos estudantes, promovendo a formulação de hipóteses, testá-las e tirar suas conclusões sobre elas, construindo, assim, o conhecimento por meio de sua própria experiência. É no Ensino Fundamental que as crianças

[...] ampliam suas interações com o espaço; a relação com múltiplas linguagens, incluindo os usos sociais da escrita e da matemática, permite a participação no mundo letrado e a construção de novas aprendizagens, na escola e para além dela; a afirmação de sua identidade em relação ao coletivo no qual se inserem resulta em formas mais ativas de se relacionarem com esse coletivo e com as normas que regem

as relações entre as pessoas dentro e fora da escola, pelo reconhecimento de suas potencialidades e pelo acolhimento e pela valorização das diferenças (BNCC, 2018).

Por isso, é importante a valorização dos conhecimentos prévios da criança, seguido da produção de problemas, para que eles mesmos tenham curiosidade em analisar, formular hipóteses e tentar solucionar a questão, garantindo assim o desenvolvimento do pensamento criativo, lógico e crítico, da argumentação e da compreensão de si e do mundo. Além disso,

[...] a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (BNCC, 2018).

Portanto, além da formação da identidade do aluno e de inseri-lo de forma cultural na sociedade, desenvolver sua criticidade e autonomia, essa atividade deve ser realizada simultaneamente com o ensino da leitura, da escrita e da matemática, possibilitando aos alunos uma formação completa e plena.

Pedagogia Histórico-Crítica: o aluno como foco no processo de ensino-aprendizagem

Ao longo do processo de desenvolvimento da educação e seus métodos de aplicação, foram desenvolvidas diferentes pedagogias, as quais tinham por objetivo nortear o processo de ensino-aprendizagem e foram se atualizando de acordo com as necessidades de cada período.

A primeira das pedagogias, por exemplo, ficou conhecida como Pedagogia Tradicional e surgiu no século XIX. Nessa época, o enfoque da educação era totalmente no professor, o qual era visto como o detentor de todo o conhecimento e tinha como função transmiti-lo aos seus alunos que, por sua vez, ouviam em silêncio. O discente era visto como um papel em branco onde deveriam ser escritos os conhecimentos culturais e científicos, mas não tinham o direito de questionar ou sequer falar durante esse processo. O aluno que conseguisse assimilar os conhecimentos ditados pelo docente, estava pronto para adentrar no mercado de trabalho, enquanto aqueles que apresentavam dificuldade eram considerados marginais e fracassados (SAVIANI, 2007).

No século XX, contudo, ocorre a reforma da Pedagogia Tradicional, e esta dá espaço à chamada Pedagogia Nova. Agora o professor já não é mais o dono de todo o conhecimento, mas um mediador entre o aluno e os novos aprendizados. Professor e aluno têm o mesmo valor e o intuito dessa pedagogia é que os alunos sejam motivados a buscar as respostas para suas próprias questões, criando o seu próprio conhecimento através de pesquisa e experiência prática (SAVIANI, 2007).

A Pedagogia Nova, contudo, estava se mostrando também ineficaz, pois a qualidade do ensino começou a despencar e o trabalho docente passou a ser muito desvalorizado, já que não apresentava resultados positivos. Por isso, através de uma nova reforma, nasceu a Pedagogia Tecnicista, com o único objetivo de formar mão de obra a ser inserida no campo de trabalho do sistema capitalista. Aqui o aluno é treinado para realizar qualquer tarefa de forma rápida e bem feita, ignorando completamente o seu desenvolvimento intelectual e crítico (SAVIANI, 2007).

Todas as três pedagogias citadas acima não apresentaram um bom desempenho no processo formativo dos alunos e, apesar de servirem para saciar as necessidades sociais por um período de tempo, a história e transformação da sociedade agora necessita de uma nova pedagogia, voltada principalmente para o conhecimento histórico popular. Foi aí que surgiu então a ideia da Pedagogia Histórico-Crítica, que tem como objetivo organizar um processo educativo que promova um desenvolvimento pleno dos alunos, levando em conta seus interesses, conhecimentos prévios e o cotidiano de cada um, além do seu ritmo de desenvolvimento e aprendizagem (GASPARIN, 2002).

Essa pedagogia é baseada na teoria Histórico-Cultural de Lev Vigotski, a qual vê o homem como um ser histórico formado por meio de sua vinculação com o mundo natural e a sociedade. Vigotski divide o processo de desenvolvimento em dois níveis: zona de desenvolvimento proximal, quando ocorre a mediação de outras pessoas e a aquisição de experiências que promovem o desenvolvimento e a zona de desenvolvimento real, onde finalmente o sujeito é capaz de solucionar problemas sem a ajuda de terceiros. Nessa perspectiva, portanto, o conhecimento é adquirido por meio da experiência que o aluno adquire através de ações mediadas e que o levam a alcançar novos aprendizados e é incumbência do professor criar e mediar essas ações no ambiente escolar, conhecer o nível de desenvolvimento de seus alunos e direcioná-los para estágios cada vez mais avançados (GASPARIN, 2002).

A aplicação dessa pedagogia acontece a partir da seguinte sequência: prática → teoria → prática, ou seja, parte dos conhecimentos que já foram adquiridos pelos alunos através da experiência, insere a teoria e novas informações e finda na concretização de um conhecimento mais avançado. Para tanto, existem cinco passos que foram estruturados por João Luiz Gasparin e devem ser seguidos no processo de ensino-aprendizagem:

- **1º passo:** Prática social inicial - verificar o que os alunos já sabem sobre o conteúdo a ser apresentado;

- **2º passo:** Problematização - levantar questões sobre o assunto;
- **3º passo:** Instrumentalização - o professor apresenta o conhecimento científico e os alunos realizam uma relação com o seu dia a dia, buscando se apropriar do novo conhecimento;
- **4º passo:** Catarse - é realizada uma síntese mental de todos os novos conhecimentos;
- **5º passo:** Prática social final - o novo nível de desenvolvimento do estudante.

Esses cinco passos são indispensáveis na aplicação da Pedagogia Histórico-Crítica e devem sempre partir do aluno, seus conhecimentos, experiências e do seu cotidiano, afinal, para a aquisição de novos conceitos, é necessário que se inicie a partir de informações já existentes (GASPARIN, 2002).

A Residência Pedagógica e a teoria nos anos iniciais do ensino fundamental

O Programa de Residência Pedagógica (PRP) é um projeto ofertado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e tem como principal objetivo contribuir na formação de professores de educação básica e auxiliar na formação de sua identidade profissional.

Este projeto vincula a Instituição de Ensino Superior e a rede de ensino de escola pública municipal para que, em conjunto, essas instituições colaborem na formação profissional dos residentes e para que os mesmos adquiram experiências ao longo das práticas exercidas em sala de aula através do PRP.

A equipe do PRP é composta por quatro tipos de bolsistas, sendo eles: 1) o coordenador institucional, que é o responsável pela execução do projeto; 2) o docente orientador, que é responsável pelo planejamento e orientação das atividades a serem realizadas; 3) o preceptor, que é o professor da escola que irá acompanhar e orientar os residentes ao longo do projeto; e 4) os residentes, que são os alunos atuantes na RP.

São selecionados para residentes alunos matriculados em um curso de licenciatura da área de atuação da RP, o qual deve ser aprovado no processo seletivo, estar cursando pelo menos a segunda metade da graduação, ter um bom desempenho acadêmico e disponibilidade de horário para realizar as atividades propostas pelo projeto.

É incumbência dos residentes, em conjunto com o docente orientador e o preceptor, o planejamento de atividades e a elaboração de planos de aula, os quais serão aplicados em sala ao longo da residência, a participação em nas atividades de acompanhamento e de avaliação e o cumprimento da carga horária imposta pelo edital.

Com isso, se espera que os residentes tenham uma noção da realidade em sala de aula e que sua formação não seja somente teórica, mas que saibam aplicar sua metodologia na prática, além de construir sua identidade profissional e induzir a pesquisa colaborativa e a correlação entre professores em formação e já atuantes nas redes de ensino.

O projeto é aplicado principalmente em turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, entre o 1º e o 5º ano, pois é a faixa etária em que os alunos do curso de Pedagogia atuarão quando formados. O período do Ensino Fundamental é rico de desenvolvimento para as crianças, é o momento em que eles criam novas relações com o mundo e passam a analisá-lo e construir conhecimentos sobre ele. É nesse momento que eles passam a socializar, conviver com as diferenças, construir sua identidade e ocorre uma das coisas mais importantes para eles como parte de uma sociedade: a alfabetização!

Para trabalhar com discentes dessa idade, é essencial que o professor encaixe os temas de suas aulas nas vivências e experiências da sua turma, buscando encaixá-los da melhor forma em suas atividades, com o objetivo de estimular o seu interesse no conteúdo, já que irá se sentir incluído na discussão, além de desenvolver seus conhecimentos sobre a sociedade e como atuar nela.

Relatos de Participação

O projeto iniciou no final do ano de 2022 e, devido às férias escolares e, consequentemente, a impossibilidade de começar as observações na escola, o mês de dezembro foi destinado à leitura de materiais e documentos do projeto, com o objetivo de conhecê-lo e entender o seu funcionamento, construindo uma base teórica sobre a Residência Pedagógica.

Em janeiro, ainda período de férias, a carga horária do projeto foi destinada ao nosso preparo teórico para adentrar as salas de aula. Por isso, neste mês participamos de um curso online oferecido pelo Sistema Educacional Brasileiro (SEB) e o Ministério da Educação (MEC). O curso, intitulado “A BNCC nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental” teve duração de 30 horas e o seu objetivo era a apresentação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), desde os seus princípios até a sua estrutura, além dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os campos de experiência que devem ser trabalhados nessa fase da educação.

Para iniciar as observações, fui alocada na Escola Municipal José Bittencourt, na cidade de Pitanga - PR. Trata-se de uma escola muito prestigiada na cidade e bastante concorrida, devido à fama de oferecer uma boa educação e desenvolvimento aos seus alunos.

Recebe crianças entre 4 e 10 anos, oferecendo turmas de Pré I e II, 1º, 2º, 3º 4º e 5º anos. A estrutura é ampla e muito bem cuidada e organizada, oferecendo salas de aula espaçosas, sala de vídeo, espaços de lazer e brincadeira para as crianças, além de um refeitório amplo.

Fui recebida pelos alunos do 4º ano A, juntamente à preceptora. A turma é formada por 25 alunos com idade entre 9 e 10 anos, os quais apresentam bastante interesse pelas aulas e novos conhecimentos. Como o meu horário de observação acontece às segundas-feiras pela manhã, as disciplinas que acompanho são a de Geografia e História, e o primeiro horário da manhã é reservado à hora-atividade da preceptora, a qual acompanho e ajudo no preparo de atividades e organização de materiais.

O meu primeiro contato com a turma ocorreu no dia 13 de fevereiro de 2023. Fui recebida com muito carinho pelas crianças e, no início das observações, minha presença acabou gerando até um tumulto em alguns momentos por se tratar de uma pessoa nova acompanhando a turma. Com o passar dos dias, contudo, os alunos se acostumaram com a minha presença e eu me adaptei a eles, conhecendo melhor as especificidades de cada um, os alunos com dificuldades e aqueles que se destacam nas disciplinas. Em geral, é uma turma muito boa, ouvem com atenção o que a professora traz para eles e se esforçam para fazer a atividade, portanto a minha atuação foi direcionada principalmente para alguns alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem, os quais ainda enfrentam atraso (em comparação à turma) na leitura e escrita.

As aulas da rede municipal são fundamentadas em uma apostila planejada e publicada pela Editora Opet e disponibilizada pela prefeitura para todos os estudantes. Os materiais são renovados bimestralmente e contém todas as habilidades e aprendizagem que estão prescritas na BNCC, dividindo-os em três apostilas para serem exploradas ao longo do ano. Essa tarefa, contudo, nem sempre é possível pois, devido à grande variedade de conteúdos, na maioria das vezes a turma acaba ficando atrasada no acompanhamento dos cadernos e, conseqüentemente, não finalizando alguns módulos.

As disciplinas acompanhadas seguem os conteúdos conforme direciona a BNCC e o planejamento. Em Geografia, acompanhei aulas sobre a divisão administrativa política brasileira, a formação do nosso país com os Estados e Distrito Federal e suas respectivas capitais. Após finalizar o módulo da formação geográfica brasileira, iniciou-se o estudo dos relevos do Brasil, dando bastante ênfase para a nossa região e observando o relevo da nossa cidade. Discutimos também sobre Geoides, a divisão dos oceanos e os continentes.

Já em História, os conteúdos variaram bastante, pois foram trabalhadas as origens de algumas datas comemorativas, como o Dia Internacional da Mulher e o Carnaval. Depois,

iniciamos a história da vinda dos portugueses para o Brasil e a ocupação territorial e divisão no Tratado de Tordesilhas.

Além das matérias, ainda tive a oportunidade de participar de algumas atividades de outras disciplinas, como uma exposição de maquetes que foram confeccionadas pelos alunos e a construção de foguetes de material reciclável, os quais seriam lançados no Parque do Lago em uma competição para ver qual iria voar mais longe. Acompanhei ainda da realização de um projeto proposto pelo Ministério do Trabalho para a conscientização em relação ao trabalho infantil, no qual os alunos realizaram a leitura de alguns materiais e fizeram desenhos que representassem a ideia do projeto.

Apesar de ser uma ótima experiência, também veio acompanhada de alguns momentos difíceis. Algumas vezes acabei ficando sozinha com a turma (o que não pode acontecer), em outros momentos presenciei brigas e agressões entre os alunos dentro da sala, se fazendo necessária a intervenção da direção e convocação dos pais. Outra dificuldade foi a migração de um aluno que teve problemas em outra turma e foi alocado na nossa sala e apresenta muita resistência em seguir as normas e respeitar os colegas. Esse mesmo aluno, contudo, em uma conversa particular comigo, relatou algumas dificuldades em casa e uma família desestruturada.

Atualmente, contudo, já estou completamente adaptada à turma e eles à mim. Sou sempre recebida com muito carinho e abraços e sempre ganho desenhos ou alguma outra forma de demonstração de afeto, e é muito gratificante receber tantos sinais de admiração e valorização, principalmente em um momento em que a nossa profissão é tão desvalorizada.

Relatos de Regência

A escolha do conteúdo foi feita pela preceptora, que me deixou responsável por abordar o tema "bússola", presente no planejamento no módulo de localização espacial. Durante o planejamento, pensei em formas de abordar o tema e decidi começar pela história do seu surgimento, o seu funcionamento e utilidade, seguidos do desenvolvimento do objeto ao longo dos anos. Também inseri material sobre a Rosa dos Ventos e os pontos cardeais.

Na aplicação, tudo aconteceu de forma tranquila. Talvez por ser uma professora diferente aplicando a aula, toda a turma demonstrou muito interesse, além de serem muito participantes, fazendo observações e perguntas e expondo os seus conhecimentos prévios sobre o conteúdo. Para as atividades, levei algumas atividades de fixação e práticas sobre a construção de bússolas caseiras e corporal. O tempo que eu tinha disponível acabou sendo pouco para a realização de todas as atividades que eu havia planejado, mas toda a aula foi bem aproveitada

e ao seu fim os discentes demonstraram compreensão do que eu havia exposto durante a regência.

Na segunda regência eu já estava mais confiante e acostumada com as crianças, portanto tanto o planejamento quanto a aplicação foram bem mais fáceis. O conteúdo dessa vez foi basicamente uma continuação do primeiro, pois o tema dado pela preceptora foi "pontos colaterais". Durante o planejamento, pensei justamente em retomar a parte dos pontos cardeais e dar sequência para os pontos colaterais e assim o fiz. Na segunda regência, a preceptora não estava presente, pois estava de atestado, mas mesmo assim realizei a aplicação da aula, iniciando com perguntas sobre o que eles lembravam sobre a última aula que haviam tido comigo. Ao longo da discussão, demonstraram compreensão plena sobre a Rosa dos Ventos e os pontos cardeais e, a partir disso, comecei a emendar os pontos colaterais e explicar suas propriedades. Como a aula foi uma sequência da anterior, achei que foi mais fácil pros alunos assimilarem as novas informações, tanto que ao final da aula a maioria já tinha se apropriado dos novos conceitos.

Nas duas regências em que prestei apoio, fui auxiliar da minha colega Diele, cujo tema das aulas foi "Xadrez". Como a aplicação ocorreu em turmas diferentes, ela pôde utilizar basicamente o mesmo planejamento em ambas, modificando apenas a metodologia e alguns materiais. O planejamento era para as disciplinas de Arte e Educação Física e consistia em apresentar às turmas a história do Xadrez e, em duplas, os próprios alunos confeccionariam seus tabuleiros para jogarem com os colegas. No primeiro dia, foi realizada a explicação das regras do jogo e a turma confeccionou os tabuleiros, mas acabaram jogando com os disponíveis na escola e levaram os seus para casa. Já na segunda regência, houve muitas interferências externas, vindas de outros professores ou da direção, o que acabou tomando muito tempo da aula e, conseqüentemente, prejudicando a aplicação da mesma, causando o atraso das atividades e a impossibilidade de sua conclusão. O planejamento realizado pela minha colega, contudo, era muito bem estruturado e lúdico, gerando o interesse de ambas as turmas e a diversão das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as instituições de ensino da rede municipal da cidade de Pitanga recebem apostilas produzidas pela Editora Opet e que são distribuídas a todos os alunos matriculados desde o pré-escolar até ao 5º ano. Nessas apostilas, existe uma sequência de atividades que abarcam todos os conteúdos que devem ser abordados com as turmas ao longo do ano letivo e são substituídas por novas a cada trimestre. Devido a essa particularidade, raramente os

docentes precisam fazer um planejamento paralelo de aula, e as aulas normalmente consistem em iniciar em uma página da apostila e aplicar atividades até que a aula termine.

É claro que existem docentes que buscam novas metodologias para transmitir um mesmo assunto, como é o caso da minha preceptora no projeto, mas acredito que grande parte não considera a possibilidade inserir a Pedagogia Histórico-Crítica em seu planejamento. Contudo, por se tratar de um modelo voltado para o aluno e essa ser uma prática bastante presente nas escolas atualmente, alguns passos acabam sendo seguidos no dia a dia das salas de aula, mesmo que inconscientemente. Hoje em dia, por exemplo, é de praxe iniciar a aula questionando os alunos sobre os seus conhecimentos sobre o assunto a ser tratado, até porque é uma forma de integrar o aluno na aula e despertar o seu interesse. Nesse mesmo momento, geralmente se inicia um processo de esmiuçar esses conhecimentos, tornando-o cada vez mais específico, o que acaba gerando perguntas que os discentes não sabem responder e, a partir destas, fundamentar o que será discorrido na sequência, apresentando novos conhecimentos e gerando o seu desenvolvimento. Ao longo desse processo, às vezes até de forma involuntária, atravessamos a prática social inicial, a problematização e a instrumentalização.

Como se trata de uma pedagogia bastante propagada nas licenciaturas, faz parte da cultura do professor seguir essa linha metodológica e sempre ter como objeto principal de suas aulas o aluno, então muitas vezes esse processo acaba acontecendo sem que o docente note ou até mesmo saiba que faz parte de uma teoria pedagógica.

Quanto ao PRP, seu principal objetivo é contribuir na formação de professores de educação básica e auxiliar na formação de sua identidade profissional. Por isso busca que nós, como futuros professores, tenhamos a maior bagagem possível de experiência em sala de aula, para que conheçamos a prática de um docente, e não apenas a teoria explicada no curso.

Vejo que o projeto realmente funciona muito nessa perspectiva, pois ao longo desses meses presenciei muitas situações em que somente as aulas na graduação não seriam capazes de nos preparar. O contato com as escolas, seu corpo docente e principalmente a preceptora, que é a nossa maior fonte de conhecimento, promove muitas novas experiências e aprendizados, seja em relação ao planejamento das aulas, ao seguimento dos documentos pedagógicos e, principalmente, em relação a como agir em cada situação.

As regências mostraram que nem sempre as nossas aulas acontecem da forma como foram planejadas, mas que devemos sempre estar preparados para possíveis mudanças e sempre buscar otimizar o tempo que temos com as crianças, tornando-o produtivo independentemente de quantas horas forem.

As palestras e cursos realizados ao longo do projeto foram de grande valia para a aquisição de conhecimento e principalmente para a compreensão dos processos e etapas educacionais e de alfabetização, ensinando que os alunos enfrentam diversas fases durante essas etapas e que nem todos seguem um mesmo nível de desenvolvimento e, portanto, devemos respeitar as etapas de cada um, suas especificidades, buscando sempre inovar nossas metodologias em busca de abranger toda a turma em nossas aulas e explicações.

Por fim, o Projeto Residência Pedagógica tem sido uma grande oportunidade na minha formação e acrescentou muitas coisas novas e boas na construção da minha identidade como futura pedagoga, além de me mostrar uma nova perspectiva das salas de aula, local onde atualmente me sinto quase completamente à vontade, apesar de encontrar algumas dificuldades vez ou outra, mas buscando sempre resolver da melhor forma possível e encará-las como novos aprendizados.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao município de Pitanga/PR pela parceria na recepção dos residentes e especialmente à CAPES pelo financiamento de bolsas recebidas no Programa Residência Pedagógica.

REFERÊNCIAS

BORDIGNOM, Lorita Helena Campanholo; PAIM, Marilane Maria Wolff. Alfabetização no Brasil: um pouco de história. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, ano 39, nº 74 - jul./dez. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Último acesso em 04/10/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Último acesso em 04/10/2023.

CAPES. **Programa de Residência Pedagógica**, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em 02/10/2023.

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

MONARCHA, Carlos. **Laurenço Filho e a organização da psicologia aplicada à educação**: São Paulo, 1922-1933. Brasília, DF: INEP, 2001.

MORTATTI, M. R. L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Conferência proferida durante o Seminário “Alfabetização e letramento em debate”, promovido pelo



Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Brasília, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

